

Notícias: dezembro a outubro de 2009

Serviço Florestal Brasileiro lança livro de bolso sobre florestas brasileiras

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, também lançou nesta terça-feira, 22, o livro de bolso Florestas do Brasil em resumo. A publicação, produzida pelo Serviço Florestal Brasileiro, reúne informações sobre composição, gestão, conservação, dados socioeconômicos e outros aspectos das florestas brasileiras. "Havia a demanda por um documento com informações sistematizadas sobre as florestas brasileiras", disse o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel. O livro, de 120 páginas, consolida dados produzidos por diversos organismos envolvidos no uso, manejo e conservação das florestas. Este modelo de mini-livro também é produzido por órgãos florestais de outros países como Austrália, Finlândia, Chile, Estados Unidos e Canadá. A versão em inglês do Florestas do Brasil em resumo foi distribuída na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima (COP-15), que terminou dia 18 de dezembro em Copenhagen.

Publicado: quarta-feira, 23 de dezembro de 2009, 14h45.

Concessão na Flona do Jamari tem todos os planos de manejo aprovados

Empresas poderão iniciar extração de madeira de forma sustentável em 2010. Concessão, promovida pelo Serviço Florestal, é a primeira no país

A concessão florestal promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro na Flona do Jamari (RO) completou as etapas necessárias para que tenha início a extração de madeira de forma sustentável em 2010, com a homologação dos outros dois planos de manejo que estavam em análise pelo Ibama.

Os planos de manejo aprovados são das empresas Sakura Indústria e Comércio de Madeiras, que venceu a licitação para a unidade de manejo de médio porte, de 32,9 mil hectares, e da empresa Madeflona Industrial Madeireira Flona do Jamari, que assinou o contrato para a unidade de manejo de pequeno porte, de 17 mil hectares. "A melhor maneira de combater a madeira ilegal é aumentar a oferta de madeira legal", afirmou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em entrevista coletiva nesta terça-feira, 22.

"As concessões estão em pleno andamento, o cronograma foi cumprido e estamos mostrando para os empresários do setor madeireiro que as concessões são uma alternativa concreta para o uso dos recursos florestais", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Com a decisão, todas as três empresas que assinaram os contratos com o Serviço Florestal Brasileiro estão aptas a começar o uso da área a partir de 2010, depois de 15 de maio, quando termina o período de embargo para extração de madeira na Amazônia. A primeira empresa a ter o plano de manejo aprovado foi a Amata, em setembro. A empresa vai realizar o manejo na unidade de grande porte, de 46 mil hectares.

"Este é um marco para a questão florestal no Brasil, pois são os primeiros planos de manejo de uma concessão federal que aprovamos", diz o diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama, José Humberto Chaves. A qualidade técnica dos planos chamou a atenção e deve servir como exemplo para as demais concessões. "Começar certo é importante para garantir o futuro das concessões no país", completa.

A concessão florestal na Flona do Jamari é a primeira a ser realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro e faz parte das estratégias do governo federal para conciliar uso e conservação das florestas.

As concessões também evitam o desmatamento, pois as áreas são manejadas, ou seja, há extração de madeira em apenas 1/30 por ano da área total. Em cada talhão, são retiradas em geral de cinco a seis árvores por hectare, o que garante a conservação da floresta.

As empresas podem, além da extração de madeira, retirar produtos não madeireiros - óleos, resinas, cascas - autorizados pelo Serviço Florestal, e oferecer serviços de turismo. O edital para o manejo de 96 mil hectares na Flona do Jamari foi lançado em novembro de 2007.

A concessão florestal é o mecanismo criado pela Lei 11.284, de 02 de março de 2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas), que permite aos governos concederem o direito de explorar de forma sustentável as florestas públicas. O concessionário é escolhido por meio de um processo licitatório, devendo respeitar as regras estabelecidas no edital de concessão e na legislação ambiental do país.

Publicado: quarta-feira, 23 de dezembro de 2009, 14h40.

Doação alemã de 15 mi de euros ajudará Serviço Florestal a promover concessões florestais

O Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) devem receber 15 milhões de euros do governo alemão, por meio do Banco de Desenvolvimento daquele país, o KfW, para desenvolver o Projeto Gestão Florestal para a produção sustentável na Amazônia.

A contratação do projeto foi recomendada pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em reunião realizada na segunda-feira, 14, e significa que o governo federal está de acordo para que o Ministério do Meio Ambiente faça a cooperação com o governo da Alemanha.

"Com isso, o Serviço Florestal conseguirá acelerar a agenda de implementação das concessões, que fazem parte das estratégias brasileiras de conservação das florestas", diz o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel. O projeto terá ainda 21 milhões de euros do governo brasileiro.

A doação alemã vai apoiar ações dos dois órgãos relativas à implementação de Florestas Nacionais (FLONAS) e às concessões florestais. Auxiliará ainda o Serviço Florestal a aperfeiçoar a infraestrutura das unidades regionais localizadas em Porto Velho (RO) e Santarém (PA), e a implantar escritórios em quatro cidades na Amazônia.

Também planeja-se a construção de um Centro de Treinamento e Capacitação em Manejo Florestal na BR-163, rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), região que é foco das próximas concessões florestais. O local é um dos que mais sofre pressão para o desmatamento ilegal.

O esforço para promover a economia florestal de base sustentável na BR-163 passará ainda pela implantação de um projeto piloto de aproveitamento de resíduos florestais para produção de briquetes - cilindros feitos de restos de madeira prensados - chamados de lenha ecológica, utilizados na geração de energia. A ação também usará recursos da doação.

Com os recursos também será possível avançar na demarcação das florestas nacionais, elaboração de seus planos de manejo e implementação dos conselhos consultivos das flonas pelo ICMBio, que são pré-requisitos para uma concessão florestal.

"A implementação conjunta do projeto, pelo Serviço Florestal e ICMBio, aproxima as visões do uso sustentável das florestas para a conservação e colaboram para a plena implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação", diz o gerente de Fomento do Serviço Florestal, Marco Conde.

A partir da decisão da Cofiex, o KfW deve enviar na próxima semana o relatório do projeto para aprovação pelo Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento Alemão, que é quem autoriza a doação para o governo brasileiro.

Publicado: quinta-feira, 17 de dezembro de 2009, 14h52.

Serviço Florestal debate com estados do Nordeste o Portal da Gestão Florestal

Os estados da região Nordeste terão suas informações sobre planos de manejo, área autorizada para retirada de vegetação e fiscalização florestal disponibilizadas de forma conjunta na internet. Os dados serão inseridos no Portal Nacional da Gestão Florestal, que será implementado pelo Serviço Florestal Brasileiro.

A previsão é de que os dados já começem a ser publicados na web em agosto de 2010 e, para isso, técnicos do Serviço Florestal e representantes de órgãos estaduais de meio ambiente de todos os nove estados discutiram nesta terça e quarta-feira, 16, em Brasília (DF), planos de trabalho, conteúdo e formato do portal.

"O Nordeste, além de ser uma das regiões onde existe mais pressão sobre os recursos florestais, também é uma região onde se pode fazer o manejo florestal", diz o gerente de Informações do Serviço Florestal, Joberto Freitas. O próximo passo será firmar um acordo de cooperação técnica entre Serviço Florestal, Ibama e estados.

No início de 2010, deve ser realizada uma reunião semelhante com os estados do Norte.

Portal

Todas as 27 unidades da federação terão seus dados reunidos no Portal Nacional da Gestão Florestal. "Os estados e o Distrito Federal estão fazendo sua gestão independentemente, então a gente não tem uma visão do conjunto. O Portal serve para nós termos uma visão da gestão florestal no país como um todo", diz Freitas.

Além de oferecer um quadro da gestão nacionalmente, o site permitirá análises sobre o recorte de informações por região, grupos de estados, e deve ser especialmente útil para gestores governamentais. "O Portal será uma excelente ferramenta para os tomadores de decisão. As informações são o instrumento mais poderoso para uma boa tomada de decisão", diz Freitas.

A homepage será alimentada pelos próprios estados e terá seções específicas para assuntos como Manejo Florestal, Supressão de Vegetação, Transporte e Fiscalização. Em Supressão da Vegetação, por exemplo, será possível acessar dados sobre a área de corte autorizado, volume de madeira comercializada e número de autorizações expedidas.

As informações do Portal por si só ajudarão a dar transparência para a gestão dos recursos florestais, mas podem gerar ainda mais dados se combinadas com informações de outras órgãos. Seria possível descobrir, por exemplo, quanto da taxa de desmatamento anual medida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais é proveniente de desmatamento autorizado em cada estado da Amazônia.

A implantação do sistema é uma exigência da Resolução Conama 379/2006, que foi lançada no mesmo ano em que teve início a gestão florestal descentralizada.

Publicado: quinta-feira, 17 de dezembro de 2009, 14h48.

Serviço Florestal e quilombolas constróem plano de negócios para a castanha

Comunidades do Alto Trombetas, no Oeste do Pará, receberão apoio para tornar a cadeia produtiva mais eficiente e, assim, melhorar a renda dos 2 mil moradores.

Aumentar a renda das comunidades quilombolas da região do Alto Trombetas (PA) que tiram seu sustento da comercialização da castanha do Pará, por meio do aprimoramento e profissionalização de seus empreendimentos comunitários, é o principal objetivo de um plano de negócios que o Serviço Florestal Brasileiro está construindo de forma participativa. Estão previstos três encontros na Associação dos Moradores da Comunidade de Remanescentes de Quilombolas de Cachoeira Porteira - AMOCREQ, e mais três encontros Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná - CQMO. A primeira oficina realizou-se na semana de 14 a 18 de dezembro na AMOCREQ e dia 10 a 14 de janeiro será realizada a primeira da CQMO.

"A ideia é identificar os gargalos para colocar a produção no mercado com mais valor, além de ter uma estrutura de gestão gerida por eles mesmos", afirma a gerente de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal, Márcia Muchagata. O trabalho envolve a caracterização do negócio, estudos de mercado e de competitividade e elaboração de plano operacional, financeiro e de marketing. Será apresentada uma proposta de organização de empresa.

Os moradores do Alto Trombetas vendem a produção em caixas de 42 litros, com capacidade para 30kg de castanha com casca, ao preço de R\$ 22, mas esperam que com uma melhor organização da cadeia produtiva seja possível extrair mais castanha e obter um melhor preço de venda.

"Temos um bom potencial de castanha, mas por falta de recursos para ir a todo lugar onde elas estão, ou seja, de logística para chegar nas áreas, nós temos uma renda menor", diz o presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombos de Cachoeira Porteira (Amocrec), Ivanildo Carmo de Souza. Em toda a região, cerca de 2 mil quilombolas vivem da venda da castanha.

Ivanildo explica que os comunitários conseguem chegar somente aos castanhais localizados até o km 31 da estrada de chão que segue paralela ao rio Trombetas. Embora haja bons locais de coleta até o km 72, onde termina a estrada, o acesso difícil torna a relação custo-benefício desvantajosa. Outro desafio é reduzir o custo de transporte da castanha para Oriximiná, a 150 km de Santarém.

Elaboração

O trabalho visa atender aos coletores quilombolas de castanha associados às duas entidades. O plano de negócios será construído em conjunto pelos quilombolas e pelo Serviço Florestal e deve ficar pronto em cinco meses. O trabalho tem o apoio da cooperação técnica alemã, através da GTZ e o Centro de Apoio aos Microempreendedores foi contratado para elaborar o plano de negócios. "Eu acredito que vai o plano de negócios para ser bom para nós, pode melhorar a qualidade de vida da comunidade. Acho que vai ser válido, estou confiando", diz Ivanildo.

Técnicos da Gerência de Florestas Comunitárias e da Unidade Regional da BR-163 são responsáveis pelo apoio à essa cadeia produtiva que é parte do Plano Nacional de Produtos da Sociobiodiversidade. Para o técnico da Gerência de Florestas Comunitárias, Fernando Ambrozio, que acompanha a atividade, a ação ajudará a construir a capacidade de fortalecimento da comunidade, para que eles próprios produzam e comercializem produtos florestais de forma autônoma. "São populações que vivem muito isoladas, que passam a receber atenção do Estado. É um processo de inclusão social".

Publicado: segunda-feira, 14 de dezembro de 2009, 14h57.

Serviço Florestal debate Inventário Nacional Florestal com tomadores de decisão

O Serviço Florestal Brasileiro promoveu nesta segunda-feira, 14, a 3ª Oficina Demanda de Informações Florestais sobre os Recursos Florestais do Brasil, desta vez para tomadores de decisão, com o objetivo de divulgar a atividade para o público responsável pela formulação de políticas e programas.

O encontro também serviu para analisar propostas de demandas que possam ter atendidas pelo levantamento. O Inventário contará com mais de 20 mil pontos de amostra em todo o país e a expectativa é que as atividades em campo comecem em 2010. O levantamento vai trazer dados sobre tipo de cobertura florestal, estoque de biomassa e carbono, características dos solos florestais e estoque de madeira, diversidade de espécies arbóreas, entre outros.

Os dados vão ajudar a formar um panorama da qualidade das florestas e permitirão conhecer a dinâmica da cobertura do solo, já que o Inventário será periódico, ou seja, feito a cada cinco anos.

"A grande contribuição será melhorar a tomada de decisão pelos gestores públicos", diz o gerente de Informações do Serviço Florestal, Joberto Freitas. O diretor de Pesquisa Agropecuária e Meio Ambiente da Fundação de Apoio à

Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Zenório Piana, acredita que as informações podem ser úteis para direcionar os esforços na recuperação de áreas degradadas. "O Inventário pode mostrar onde teríamos que implementar mais ações", diz.

A Oficina encerra a etapa de apresentações do Inventário aos potenciais usuários das informações, que também contou com workshops para técnicos de órgãos das diferentes esferas de governo, academia e sociedade civil, a fim de analisar demandas específicas de cada segmento para levantamento.

Publicado: segunda-feira, 14 de dezembro de 2009, 14h54.

Serviço Florestal participa da 1ª Conferência de Saúde Ambiental

O Serviço Florestal Brasileiro vai marcar presença na 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental, que ocorre de 9 a 12 de dezembro em Brasília com o tema "A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis".

A conferência servirá como fórum de debate para a construção da política nacional de saúde ambiental. O Serviço Florestal participará do stand do Ministério do Meio Ambiente, um dos organizadores do evento. A idéia é divulgar as ações do órgão na gestão das florestas públicas.

Publicado: terça-feira, 08 de dezembro de 2009, 15h00.

Serviço Florestal apóia comunitários da Flona do Purus (AM) em manejo

Moradores da Floresta Nacional do Purus, no Amazonas, perto da divisa com o Acre, preparam-se para se tornar o próximo grupo comunitário a realizar, pela primeira vez, o manejo de madeira em suas terras.

Para ajudá-los a se organizar para a atividade, o Serviço Florestal Brasileiro realizou um curso de Gestão de Empreendimentos Comunitários no Manejo Florestal com a participação de 15 pessoas da Flona. Hoje, a comunidade produz alimentos e cria animais apenas para a própria subsistência e obtém parte da renda com o extrativismo e ecoturismo.

Eles pretendem usar metade da madeira do manejo para construir casas e melhorar a infraestrutura da vila. O restante, estimado em 500 metros cúbicos, deve ser usado para produzir móveis e ser vendido como madeira serrada.

O grupo vai manejar cerca de 1 mil hectares, divididos em 10 unidades de produção, na modalidade de baixa intensidade (até 10 m³ por hectare) com uso de tração

animal para o arraste da produção. A comunidade está incluída entre os beneficiados do Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar 2010, estratégia do governo federal de estimular o manejo de comunidades e populações tradicionais.

O Serviço Florestal Brasileiro participa da elaboração dos planos anuais e é um dos executores das ações em campo. O curso de gestão de Gestão de Empreendimentos Comunitários no Manejo Florestal foi ministrado pelo administrador de cooperativas da Gerência de Florestas Comunitárias Hélio Pontes.

Publicado: terça-feira, 01 de dezembro de 2009, 15h09.

Comitê técnico do Fundo Amazônia atestaré emissões de 2008

Redução no desmatamento permite captar mais recursos para o Fundo, hoje com US\$ 100 milhões. Serviço Florestal convoca reunião do Comitê Técnico do Fundo Amazônia.

O Comitê Técnico do Fundo Amazônia se reúne nesta terça-feira, 1º, no Serviço Florestal Brasileiro, para atestar a redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes das reduções desmatamento no ano de 2008 e fazer um levantamento prévio dos dados referentes a 2009. O Serviço Florestal é responsável pela secretaria-executiva do Comitê.

O parecer do grupo tem papel fundamental na captação de recursos para o Fundo, pois quanto menor a quantidade de gases causadores do aquecimento global lançados na atmosfera, maior é o volume de recursos que podem ser captados em doações. A emissão evitada de gases equivalente a cada tonelada gás carbônico (CO₂ e) possibilita a captação de cinco dólares.

Dados

Em 2008, o desmatamento foi de 1,29 milhões de hectares, em torno de 34% a menos que a referência usada nos cálculos, que é de 1,96 milhões de hectares, referente à média do desmatamento na Amazônia entre 1996 e 2005.

A queda no desmatamento em 2008 dá ao Fundo um saldo de 245 milhões de toneladas de gás carbônico, que foram a menos na atmosfera, e potencial para captar 1 bilhão e 228 milhões de dólares em doações. "O Fundo transforma a redução das emissões de desmatamento em um sistema para financiar a conservação e o uso sustentável da Amazônia", diz o gerente de Fomento do Serviço Florestal, Marco Conde.

O Fundo Amazônia já recebeu 100 milhões de dólares do governo da Noruega, que se comprometeu a doar 1 bilhão de dólares até 2015. Os recursos podem ser

acessados por organizações da sociedade civil, administração pública federal, estadual e municipal e empresas, e são não reembolsáveis, ou seja, não precisam ser devolvidos.

Até o momento, 38 projetos já foram apresentados ao Fundo e estão em diferentes etapas de avaliação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor do Fundo Amazônia. A maior parte, 42%, é de organizações da sociedade civil; 18% são de governos estaduais; 18% de empresas privadas; 16% de governos municipais; 3% do governo federal e outros 3% de empresas públicas/sociedades de economia mista.

O Comitê Técnico do Fundo Amazônia é formado por cinco especialistas indicados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas: Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Adalberto Val, do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Christiano Campos, da Cenepe/Petrobras, e Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

COFAO

Comitê Orientador do Fundo Amazônia também realiza reunião esta semana, na quinta-feira, 3, em Belém (PA). O Comitê determina as diretrizes e acompanha os resultados obtidos pelo Fundo. É formado por representantes de seis ministérios, Casa Civil, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, BNDES, dos nove estados amazônicos e de seis entidades da sociedade civil.

Publicado: terça-feira, 01 de dezembro de 2009, 15h06.

Prazo para concorrer a edital de Saracá-Taquera encerra dia 14

Termina no dia 14 de dezembro o prazo para as empresas do setor madeireiro se candidatarem ao manejo de 140 mil hectares da Floresta Nacional de Saracá-Taquera no Pará. A concessão florestal é promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro. O edital disponibiliza três unidades de manejo, de 91,6 mil hectares, 30 mil hectares e 18,7 mil hectares, por um período de 40 anos. Ao dividir a área em unidades de grande, médio e pequeno porte, o Serviço Florestal Brasileiro possibilita que empresas de diferentes portes participem do processo.

A concessão permite a retirada de madeira em tora e de produtos não madeireiros - à exceção de palmito, açaí e castanha-do-pará, que são de uso das comunidades tradicionais da região. Quem vencer a licitação poderá ainda operar atividades turísticas como a instalação de estruturas de hospedagem, visitação, observação da natureza e esportes de aventura. As empresas podem conhecer a Flona, desde

que procurem o Serviço Florestal Brasileiro até o dia 8 para agendar visitas. As datas disponíveis são os dias 1, 9, 10 e 11 de dezembro.

Economia

Por intermédio das concessões, o Serviço Florestal Brasileiro atua em pontos fundamentais para estimular o fortalecimento de uma economia de base florestal sustentável. Um deles é garantir o suprimento contínuo de matéria prima florestal legal que permita a realização de investimentos industriais nos municípios vizinhos às áreas concedidas. Este acesso legal à floresta objetiva a realização de manejo florestal em escala na Amazônia.

"A grande mudança com a Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06) é que o produtor não precisa comprar terra, ele pode pagar ao governo para manejar a floresta, canalizando estes investimentos para a melhoria da qualidade social, ambiental e produtiva da atividade", diz o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, José Natalino Silva.

Com isto quem ganha é a sociedade, pois a concessão florestal garante a conservação das florestas, a geração de empregos e o aumento da arrecadação do estado e municípios.

Entre as modificações incorporadas ao edital está o escalonamento do pagamento do preço mínimo anual, atingindo somente no terceiro ano de contrato o teto de 30% estabelecido em lei. O valor mínimo corresponde ao percentual sobre a proposta financeira vencedora da licitação, que tem de ser pago ao Serviço Florestal Brasileiro, independente da produção. Este valor tem o objetivo de assegurar que o recurso concedido não será subutilizado.

Outras modificações, como a adoção do IPCA como único índice para reajuste dos valores contratuais e o reenquadramento de sete espécies em outros grupos de valor (o preço pago por espécie varia de acordo com seu grupo de valor) foram introduzidas ao edital, com o objetivo de aproximá-lo a realidade de mercado.

Planejamento

José Natalino Silva aponta a duração dos contratos como outra vantagem das concessões. "O empresário pode fazer investimentos a longo prazo, comprar máquinas, porque tem a garantia de usar a área por 40 anos", diz Silva.

Interessados podem acessar o edital no site do Serviço Florestal, em www.florestal.gov.br.

O preço mínimo é o valor que o Serviço Florestal Brasileiro tem direito a receber mesmo que o concessionário não faça o manejo da unidade. Porém, o Serviço Florestal Brasileiro estima uma arrecadação direta em torno de sete milhões de

reais por ano com a venda da madeira, recurso este a ser repartido entre a União, estados e municípios do entorno da Floresta Nacional. O grande ganho social e econômico está na economia que será gerada dentro da cadeia produtiva florestal, que pode quintuplicar estes valores.

Publicado: sexta-feira, 27 de novembro de 2009, 15h14.

Cooperativa apoiada pelo Serviço Florestal leva prêmio Chico Mendes

A Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona), com sede em Santarém (PA), recebeu o Prêmio Chico Mendes na categoria Negócios Sustentáveis. O resultado foi publicado na terça-feira, 24/11, no Diário Oficial da União.

A Cooperativa, especializada em manejo florestal sustentável, recebe apoio do Serviço Florestal Brasileiro, por meio da Gerência de Florestas Comunitárias e da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR 163, que integradas colaboram para o desenvolvimento da instituição, por meio de assessoria técnica, cursos de capacitação, intercambio e promovendo eventos, entre outras ações.

Criada em 2003, a Coomflona é formada por 182 cooperados, todos moradores da Floresta Nacional do Tapajós ou cercanias. Desde 2005 possui Plano de Manejo Florestal Sustentável aprovado pelo Ibama.

Trata-se de uma iniciativa pioneira, no Brasil, de gestão de recursos florestais de modo sustentável realizado por moradores tradicionais. Esse ano, a cooperativa vendeu 20 mil metros cúbicos de madeira, retirado de uma área de 700 ha, e arrecadou R\$ 3,9 milhões, que foram distribuídos para os 182 associados.

Toda a extração seguiu normas de sustentabilidade para reduzir os impactos à biodiversidade. A comercialização da madeira foi feita por meio de um pregão realizado em setembro em Santarém.

No próximo ano, a extração será realizada em uma unidade de mil hectares, sempre seguindo os critérios de manejo florestal sustentável. A Coomflona tem autorização para manejar 32 mil hectares.

O Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente foi instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2002, com o objetivo de valorizar e incentivar iniciativas de proteção do meio ambiente que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável da região amazônica brasileira.

Em 2009 premiou as categorias: Liderança Individual, Organização da Sociedade Civil, Negócios Sustentáveis, Educação Ambiental, Saúde e Meio Ambiente e Município.

O Prêmio é coordenado e executado pelo Departamento de Articulação de Ações da Amazônia - DAAM vinculado à Secretaria Executiva - SECEX.

Publicado: quarta-feira, 25 de novembro de 2009, 15h20.

População participa de elaboração do Inventário Florestal Nacional

Governo federal, estadual, ONGs e institutos de pesquisa participam de encontro que debate dados a serem coletados no maior levantamento dos recursos florestais do país.

A cada 20km no território brasileiro, um ponto amostral servirá de referência para a coleta de informações sobre cobertura florestal, tipos de árvores, solo, estoques de biomassa e carbono. Os dados vão compor o Inventário Florestal Nacional, tema de uma oficina que ocorre nesta quinta-feira, 19, entre técnicos do Serviço Florestal Brasileiro e mais de 50 representantes de instituições de governo, universidades, sociedade civil e organizações internacionais.

O objetivo do encontro é conhecer de perto qual a necessidade dos segmentos interessados no Inventário. "Nós esperamos que eles coloquem suas demandas de informações, assim como, sugestões e opiniões", diz o gerente de Informações do Serviço Florestal Brasileiro, Joberto Freitas.

Interesses

A participação de entidades de diversos setores mostra que a base de dados que será gerada pelo do inventário atenderá a uma gama de objetivos tão distintos quanto os participantes. Os dados vão auxiliar o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Idelfor), por exemplo, na gestão das florestas no estado.

"Nós temos duas grandes responsabilidades, que é o cadastro de florestas públicas do estado e o monitoramento das florestas. O inventário vai responder muito quantitativamente e qualitativamente sobre as florestas", diz Pedro Neto, coordenador do Núcleo de Sensoriamento Remoto, que completa. "A gente conhece muito a floresta por cima [imagens de satélite], mas também precisamos conhecê-la por baixo", afirma.

Os mesmos dados do inventário ajudarão também a combater ilícitos. "A Polícia Federal trabalha no combate a crimes ambientais e nós temos que fazer levantamento de campo para constatar esses crimes ambientais", diz o perito do Instituto Nacional de Criminalística da PF, Mauro Seródio.

"Parece que o inventário vai ser bastante amplo, vai pegar unidade de paisagem, uso da terra, tudo isso nos interessa, porque tudo que for feito de maneira ilegal atrai a competência da Polícia Federal se for em terras de domínio da União."

Grupos de trabalho

Na tarde desta quinta-feira e na sexta-feira, os participantes foram reunidos em grupos de trabalho por área de interesse, para colocar ao Serviço Florestal Brasileiro que tipos de dados, na visão deles, o inventário deve contemplar.

Independentemente de adições ao inventário ou não, os dados que já serão coletados têm potencial aplicação, por exemplo, na produção de conhecimento pelas universidades. "O Inventário vai ser um ponto de partida para direcionar pesquisas, estabelecer prioridades. Precisamos saber como os recursos florestais estão dispostos nos biomas, e isso é matéria para mais estudos e para promover o desenvolvimento do país utilizando racionalmente esses recursos", afirma o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Carlos Sarquette.

O cronograma do Inventário prevê o início de levantamentos em dois biomas em 2010. Mais que um conjunto de informações, o levantamento pode direcionar a ação da sociedade civil.

"Se você sabe que existe uma região onde há um processo de degradação da floresta, perda da biodiversidade, as organizações não governamentais podem atuar para reverter essa situação", diz o engenheiro florestal da WWF Brasil, Estêvão Braga.

Histórico

O único inventário florestal nacional já realizado é da década de 1980, mas a coleta de dados foi concentrada no estoque de madeira de florestas naturais e plantadas. Nos anos seguintes, inventários de menor porte foram realizados, mas de forma fragmentada e sem condições de gerar dados suficientes para visualizar o cenário atual do país.

Com a realização de um novo inventário, será possível atualizar as informações sobre os recursos florestais do país. A ideia é que o levantamento seja repetido a cada cinco anos e gere séries históricas que permitirão analisar a evolução da cobertura.

O momento para iniciar os trabalhos é favorável ao país: o número de profissionais qualificados e, consequentemente, de massa crítica, aumentou nos últimos anos; a temática de florestas assume cada vez mais importância nacional e internacionalmente; e internamente há capacidade institucional suficiente que reúne o Programa Nacional de Florestas, de 2000, e o próprio Serviço Florestal Brasileiro.

"O Ministério do Meio Ambiente vai ter um instrumento a mais para definir políticas ambientais que sejam coerentes com o paradigma da conservação", diz o gerente de Informações Florestais, Joberto Freitas.

Publicado: quinta-feira, 19 de novembro de 2009, 15h55.

Flonas BR 163: Grupo de Trabalho tem até o dia 30 para apresentar cronograma

Controle, diretor do Serviço Florestal Brasileiro acredita que a exploração ilegal diminuiu muito. Mas alerta para um problema: "Não há oferta de madeira legal às pessoas que vivem dessa atividade", diz Hummel

Por causa das ações de fiscalização e controle, diretor do Serviço Florestal Brasileiro acredita que a exploração ilegal diminuiu muito. Mas alerta para um problema: "Não há oferta de madeira legal às pessoas que vivem dessa atividade", diz Hummel.

O Diário Oficial da União da última quarta-feira, 18, publicou a Portaria nº 404 do Ministério do Meio Ambiente, que institui a criação do Grupo de Trabalho de Florestas Nacionais da BR 163 (GT FLONAS BR 163). O documento determina que o plano de trabalho detalhado e o cronograma das atividades devem ser apresentados até o próximo dia 30.

O GT vai coordenar a elaboração de propostas e instrumentos de gestão das Florestas Nacionais do Amana, do Crepori, de Altamira, do Jamaxin, de Trairão e de Itaituba I e II, todas no estado do Pará. "É uma região que vem passando por conflitos, por pressões, e por isso é considerada prioritária pelo governo federal", diz Mauro Pires, diretor do Departamento de Combate ao Desmatamento do MMA.

Segundo ele, o Grupo serve exatamente para reunir o trabalho do Instituto Chico Mendes, o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério e agilizar os planos de manejo e as concessões florestais na região. "A ideia do GT é alcançar as condições necessárias para habilitar as Florestas Nacionais que estão na região da Transamazônica e da BR 163, para ofertar concessões florestais", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel.

Área desmatada próxima à BR-163

Em maio deste ano um relatório do Instituto do Homem e meio Ambiente da Amazônia - Imaamazon, mostrou que, em poucos meses, uma área de floresta equivalente a 60 vezes o Parque do Ibirapuera, em São Paulo, foi destruída nas margens da rodovia BR-163. O pesquisador Adalberto Veríssimo chegou a classificar a região como epicentro do desmatamento da Amazônia.

Hummel explica que a economia da região é baseada na exploração de madeira, que quase sempre ocorre de forma ilegal. Por isso, segundo ele, é importante realizar as concessões florestais, para que a atividade exploratória passe a acontecer dentro da legalidade. Para o diretor, por causa das ações de fiscalização

e controle que vêm sendo tomadas, a exploração ilegal diminuiu muito. Mas segundo ele foi criado um problema: "Não há oferta de madeira legal às pessoas que vivem dessa atividade. Então, é preciso, com urgência, ofertar madeira de manejo florestal. E a única saída - a saída adequada - são as concessões florestais", avalia.

Em 2010 o Serviço Florestal Brasileiro pretende lançar novos editais para Flonas localizadas no Pará, Acre e Rondônia, num total de 1,5 milhão de hectares. A concessão de áreas florestais para a iniciativa privada foi implementada pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284), aprovada em 2006. Do total arrecadado anualmente com as concessões, 30% são destinados ao Serviço Florestal e ao Ibama para fiscalização e monitoramento. Os outros 70% são destinados ao Instituto Chico Mendes, Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, e aos estados e municípios onde estão localizadas as áreas manejadas.

A 163

A rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), foi aberta nos anos 1970 como mais uma das grandes obras de infraestrutura projetadas pela ditadura militar com o objetivo de integrar a Amazônia à economia nacional. Com quase 2 mil quilômetros, a BR-163 reúne recursos naturais, potencial econômico, diversidade étnica e cultural, e os biomas Floresta Amazônica, Cerrado e áreas de transição entre eles. Vítima de desmatamento intenso, a região também traz no cenário as bacias hidrográficas do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós.

Com longos trechos sem pavimentação, nos meses de chuva grande parte da BR-163 torna-se intransitável. Nos últimos anos, a conclusão das obras é uma reivindicação de vários setores econômicos regionais, que alegam que a obra poderia facilitar e baratear o escoamento da produção agropecuária do norte do Mato Grosso em direção ao rio Amazonas.

Empresários também defendem que a pavimentação da rodovia poderia encurtar o transporte dos produtos eletro-eletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus até os grandes centros da região Sul. Mas a polêmica também caminha lado a lado com a obra ao longo dos últimos 30 anos. Comunidades da região - algumas contra, outras a favor - ambientalistas, sindicatos e agricultores familiares reivindicam políticas e ações que se antecipem à obra para garantir os benefícios.

Publicado: quinta-feira, 19 de novembro de 2009, 15h25.

CGFLOP debate Manejo Comunitário e normas técnicas em contratos de concessões

O primeiro Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e as normas técnicas em elaboração pelo Serviço Florestal Brasileiro relativas aos contratos de concessões florestais foram alguns temas na pauta da reunião da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) nesta terça-feira, 17, em Brasília (DF).

A Comissão, que reúne representantes do poder público, empresários, trabalhadores, comunidade científica, movimentos sociais e organizações não governamentais atua como órgão consultivo do Serviço Florestal.

Os debates no âmbito do grupo ajudam a subsidiar ações e fortalecem a gestão das florestas públicas feita pelo Serviço Florestal, que tem se esforçado em manter um diálogo freqüente e transparente com a sociedade.

As sugestões dos membros do Conselho alimentam e fortalecem os documentos em elaboração pelo órgão. A reunião desta terça também abordou as novas linhas de pesquisa do Laboratório de Produtos Florestais para os próximos quatro anos (LPF/Serviço Florestal) e a atualização anual do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

Publicado: sexta-feira, 13 de novembro de 2009, 15h59.

Governo e sociedade civil constroem juntos Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar para 2010

O comitê gestor do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, formado por membros do Ministério do Meio Ambiente - que inclui o Serviço Florestal Brasileiro - e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, deve finalizar até dezembro o primeiro Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

"O documento trará ações e atividades prioritárias, acompanhadas de metas e prazos, com o objetivo de alavancar o uso sustentável da floresta em benefício dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Para o período de 2010, seu conteúdo buscará refletir as ações governamentais com ênfase nas maiores demandas da sociedade", diz Claudia Azevedo-Ramos, diretora do Serviço Florestal e membro do comitê gestor do Programa.

Para assessorar o comitê gestor na elaboração do Plano foi instituído um grupo de trabalho do qual participam 11 instituições da sociedade civil. Entre as entidades estão a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Coordenação das Organizações Indígenas da

Amazônia Brasileira (Coiab), União Nacional das Escolas de Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

"O Programa foi uma demanda desses segmentos sociais, que têm nos ajudado desde a elaboração do Decreto. Nada mais legítimo que eles participem ativamente da elaboração e implementação do Plano", afirma a especialista em Políticas Públicas da Gerência de florestas Comunitárias do Serviço Florestal, Andrea Oncala. "Dessa forma, há um aumento da participação social durante o processo de construção do Plano", diz. Os membros do comitê gestor e do grupo de trabalho, que conta também com representantes de governo das esferas federal e estadual, se reuniram por dois dias na sede do Serviço Florestal, em Brasília (DF), para fechar os principais pontos do documento.

Responsável pela coordenação técnica do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), Jairo Lima acredita que as organizações civis dão um papel de continuidade à iniciativa. "Governos vêm e vão, gerentes deixam de ser gerentes, políticas são feitas, mas se não tiver aquele que a mantenha funcionando, ela não se consolida, e eu vejo a organização civil como responsável por isso", diz.

O Plano Anual de Manejo será, ainda, apresentado, em caráter consultivo, à Comissão de Gestão Florestas Públicas, do MMA, no dia 17 deste mês, e para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, do MDA.

Publicado: quarta-feira, 11 de novembro de 2009, 16h01.

Setor florestal vai ganhar índice de preço de madeiras tropicais na Amazônia

O primeiro índice de preços de madeiras tropicais da Amazônia será publicado pelo Serviço Florestal Brasileiro. Esse índice, calculado mensalmente, servirá para estabelecer uma base confiável de informação sobre o mercado de madeira na Amazônia, permitindo a melhor orientação de políticas públicas e investimentos privados. Particularmente, o acompanhamento regular de preços de madeira permitirá ao Serviço Florestal Brasileiro uma avaliação periódica do comportamento dos preços desses produtos em mais de cem municípios e a determinação de índices de preços para madeiras tropicais em diversas praças da Amazônia, que servirão como referência para a determinação dos índices de reajustes dos contratos de concessão florestal. O índice será atualizado mensalmente na página eletrônica do Serviço Florestal Brasileiro.

Além disso, o processo de coleta de preços e a observância de suas variações permitirão avaliações sobre a dinâmica do mercado de madeira sustentável da Amazônia, melhor caracterização da safra e da entressafra e ainda as diferenças existentes entre as várias praças de comercialização.

"O acompanhamento regular permitirá ao Serviço Florestal Brasileiro uma avaliação periódica do comportamento dos preços desses produtos em mais de cem municípios e a determinação de índices de preços para madeiras tropicais em diversas praças da Amazônia", avalia Marcus Vinicius Alves, gerente de planejamento do Serviço Florestal Brasileiro.

Trata-se da primeira apuração oficial de preços do mercado de madeiras tropicais na Amazônia. A metodologia é própria e foi desenvolvida pelo Imaamazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), contratado para esse fim pelo Serviço Florestal Brasileiro, por intermédio de pregão eletrônico.

A publicação vai marcar o início do acompanhamento oficial dos preços da madeira em tona no pátio das indústrias madeireiras, nas várias praças de comercialização dos estados amazônicos.

Publicado: quarta-feira, 04 de novembro de 2009, 16h08.

Serviço Florestal relança edital para Flona de Saracá-Taquera, no Pará

As empresas do setor madeireiro já podem se candidatar ao manejo de 140 mil hectares de floresta no Pará. O Serviço Florestal Brasileiro reabriu no dia 22 de outubro o prazo para habilitação de empresas à concessão florestal da Flona de Saracá-Taquera, no noroeste do estado.

O edital disponibiliza três unidades de manejo, de 91,6 mil hectares, 30 mil hectares e 18,7 mil hectares, por um período de 40 anos. Ao dividir a área em unidades de grande, médio e pequeno porte, o Serviço Florestal busca dar oportunidade para que empresas de diferentes portes possam participar do processo.

A concessão permite a retirada de madeira em tona e de produtos não madeireiros - à exceção de palmito, açaí e castanha-do-pará, que são de uso das comunidades tradicionais da região. Quem vencer a licitação poderá ainda operar atividades turísticas como a instalação de estruturas de hospedagem, visitação, observação da natureza e esportes de aventura.

Economia

Por intermédio das concessões, o Serviço Florestal atua em pontos fundamentais para estimular o fortalecimento de uma economia de base florestal sustentável. Um deles é garantir o suprimento contínuo de matéria prima florestal legal que permita a realização de investimentos industriais nos municípios vizinhos às áreas concedidas. Este acesso legal à floresta objetiva a realização de manejo florestal em escala na Amazônia.

"A grande mudança com a Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06) é que o produtor não precisa comprar terra, ele pode pagar ao governo para manejar a floresta, canalizando estes investimentos para a melhoria da qualidade social, ambiental e produtiva da atividade", diz o diretor do Serviço Florestal, José Natalino Silva.

Com isto quem ganha é a sociedade, pois a concessão florestal garante a conservação das florestas, a geração de empregos e o aumento da arrecadação do estado e municípios.

Dentre as modificações incorporadas ao edital está o escalonamento do pagamento do preço mínimo anual, atingindo somente no terceiro ano de contrato o teto de 30% estabelecido em lei. O valor mínimo corresponde ao percentual sobre a proposta financeira vencedora da licitação, que tem de ser pago ao Serviço Florestal Brasileiro, independente da produção. Este valor tem o objetivo de assegurar que o recurso concedido não será subutilizado.

Outras modificações, como a adoção do IPCA como índice para reajuste dos valores contratuais e o reenquadramento de sete espécies em outros grupos de valor (o preço pago por espécie varia de acordo com seu grupo de valor), foram introduzidas ao edital, com o objetivo de aproximá-lo a realidade de mercado.

Planejamento

José Natalino Silva aponta a duração dos contratos como outra vantagem das concessões. "O empresário pode fazer investimentos a longo prazo, comprar máquinas, porque tem a garantia de usar a área por 40 anos", diz Silva.

Interessados podem acessar o edital no site do Serviço Florestal, em www.forestal.gov.br. O prazo de habilitação termina em 14 de dezembro.

O preço mínimo é o valor que o Serviço Florestal tem direito a receber mesmo que o concessionário não faça o manejo da unidade. Porém, o Serviço Florestal Brasileiro estima uma arrecadação direta em torno de sete milhões de reais por ano com a venda da madeira, recurso este a ser repartido entre a União, estado e municípios do entorno da Floresta Nacional. O grande ganho social e econômico está na economia que será gerada dentro da cadeia produtiva florestal, que pode quintuplicar estes valores.

Publicado: quarta-feira, 04 de novembro de 2009, 16h06.

Áreas de concessão em Jamari são demarcadas

Equipe instalou 86 marcos e 62 placas que vão ajudar a monitorar as unidades de manejo na floresta. Trabalho no campo levou quatro meses

A equipe do Serviço Florestal não poupou esforços para demarcar precisamente as áreas de que receberão atividades de manejo dentro da Flona do Jamari, em Rondônia. Isso porque, segundo a norma, as empresas vencedoras das concessões não podem iniciar suas atividades madeireiras e não madeireiras antes que as áreas licitadas recebam demarcação e georreferenciada.

Durante quatro meses, a equipe de engenheiros, mateiros e auxiliares esteve em campo delimitando uma área total de 98 mil hectares, dividida em outras três menores: uma de 46 mil ha, outra de 32.9 mil e outra de 17 mil, licitadas para as três empresas vencedoras. Ao todo, a Floresta Nacional do Jamari tem 220 mil hectares.

O resultado desse trabalho de campo - que teve mais de 300 páginas de relatórios - o Serviço Florestal entregou, no dia sete de outubro, a cada uma das três empresas que conquistaram o direito de extrair madeira, produtos não madeireiros e realizar ecoturismo na Flona.

A identificação dos limites da área de manejo vai permitir que o Serviço Florestal, tenha mais capacidade de monitorar o correto cumprimento da exploração. "Por estar concedendo uma fração da floresta para exploração sustentável, o Serviço Florestal viu a necessidade de ter os limites materializados de sua oferta em campo", diz o gerente de Cadastro de Florestas Públicas, Gustavo Machado.

Com a demarcação, cada concessionário saberá exatamente até onde pode exercer atividade produtiva, sem que esta adentre em regiões da floresta fora da área de concessão, ou na área de outro concessionário vizinho.

Sinalização

Ao todo, foram colocadas 86 pequenas torres de concreto, chamadas de marcos geodésicos, ao longo das extremidades da área de manejo. Todas elas têm plaquetas de metal na parte de cima com informações da localização em que estão. Há 27 marcos na unidade de manejo 1, de 17 mil hectares; 29 marcos na unidade de manejo 2, de 32 mil hectares; e 30 marcos na unidade de manejo 3, de 48 mil hectares.

A região onde ocorrem as concessões também recebeu 62 placas que informam sobre a existência de unidades de manejo naquele local. A sinalização está principalmente nos pontos de acesso à Flona, em entradas e saídas de estradas.

O trabalho de delimitação vai continuar com a colocação de outros marcos topográficos na linha que separa os pontos já identificados pelo Serviço Florestal,

mas essa nova etapa será feita pelos concessionários. Eles terão cinco anos para instalar os marcos, que devem ficar a uma distância de dois quilômetros um dos outros.

Publicado: terça-feira, 03 de novembro de 2009, 16h12.

Serviço Florestal participa de comemorações do Ano da França no Brasil

O Serviço Florestal Brasileiro está envolvido nas comemorações ao Ano da França no Brasil com a participação em eventos científicos. Nesta segunda-feira, 5, começa em Piracicaba (SP) o Workshop "Brasil-França:

cooperação em ciências agrárias e florestais", que terá a presença do pesquisador francês Patrick Rousset, integrante da equipe de pesquisadores do Serviço Florestal na área de Energia.

Ele representará a instituição na mesa redonda do painel de Bioenergia do Workshop, que terá o objetivo de debater o papel da energia da biomassa na matriz energética dos dois países e favorecer possíveis parcerias. Rousset também participa do Seminário de Tratamento Térmico da Madeira, na terça, 6, que ocorre paralelamente ao Workshop.

Lá, ele faz uma apresentação sobre fundamentos científicos do tratamento térmico da madeira. O Serviço Florestal Brasileiro tem parceria com o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad) da França desde 2004, o que tem permitido o intercâmbio de pesquisadores das duas instituições e já possibilitou a conclusão de mais de 20 trabalhos científicos resultantes da cooperação.

Publicado: sexta-feira, 02 de outubro de 2009, 16h15.

Serviço Florestal prevê 1,5 milhão de ha para concessões florestais até 2010

O Serviço Florestal Brasileiro deve disponibilizar 1,5 milhão de hectares para concessões na Amazônia até o final do próximo ano. A área corresponde ao somatório do que será ofertado em oito editais de licitação previstos para serem lançados no período. "As concessões vão ampliar consideravelmente as áreas para a produção de madeira de forma legal, será uma boa oportunidade para o setor ganhar sustentabilidade", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

A previsão é abrir, ainda este ano, além do edital da Flona Saracá-Taquera, um outro edital para manejo sustentável na Flona de Amana, no oeste do Pará, totalizando

cerca de 500 mil hectares. Em 2010, o Serviço Florestal planeja lançar outros seis editais, sendo quatro deles no eixo paraense da BR 163, um no Acre, e outro em Rondônia.

Este resultado é fruto de um intenso trabalho interinstitucional realizado pelo Serviço Florestal e Instituto Chico Mendes para dotar as florestas nacionais dos instrumentos de gestão necessários para que a floresta esteja legal e administrativamente apta a produzir bens e serviços de forma sustentável.

Produção

Espera-se que as atividades produtivas decorrentes destes editais já se iniciem nos anos de 2010 e 2011. Esses contratos irão impactar profundamente no perfil da atividade florestal em regiões como a BR-163 e norte de Rondônia. Quando a atividade atingir sua capacidade instalada – o que deve ocorrer em 2015 –, os editais previstos para 2009 e 2010 estarão contribuindo com aproximadamente 15% da demanda regional por madeira. O dado considera levantamentos que apontam uma produção regional de 10 milhões de m³ para 2009.

Economia

As concessões devem gerar investimentos industriais na ordem de R\$ 100 milhões, entre a adequação dos parques existentes e a atração de novos investimentos em indústrias de alto valor agregado. Com a aquecimento da economia madeireira de base sustentável, devem ser criados 12 mil postos de trabalho, sendo quatro mil empregos diretos e oito mil indiretos.

O Serviço Florestal estima que a receita oriunda do somatório do manejo das unidades (receita esta dividida entre os entes da federação), atividades de serviço e a receita da venda de produtos industrializados movimentem, por ano, em torno de R\$ 800 milhões nas regiões sob influência das concessões a partir de 2015.

Não à privatização das florestas

O processo de concessão florestal não se trata, de modo algum, de privatização de floresta pública. Os concessionários têm o direito de fazer uso sustentável dos recursos florestais das áreas especificadas nas áreas que são objeto dos contratos de concessão. Para isso têm de passar por um processo licitatório, cujo vencedor deverá pagar pelo uso dos recursos.

Do total arrecadado anualmente com as concessões, uma parcela de até 30% será, segundo previsto na lei, destinada ao Serviço Florestal e ao IBAMA, para ser investida na fiscalização, monitoramento e controle das áreas licitadas. O restante, pelo menos 70%, será destinado ao Instituto Chico Mendes -- o gestor da unidade --, ao Fundo Nacional de desenvolvimento Florestal, ao estado e municípios onde se localizam as áreas manejadas. Esses recursos compartilhados deverão,

obrigatoriamente, ser aplicados em ações de conservação e uso sustentável das florestas. GESTÃO - A administração da área segue sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; os planos de manejo têm de ser aprovados pelo IBAMA e o cumprimento das condições contratuais são monitoradas pelo Serviço Florestal. Todo esse processo é auditado por uma instituição independente.

Para o monitoramento, o Serviço Florestal se utilizará, entre outras ferramentas, do Sistema de Detecção de Exploração Seletiva (DETEX), que permite detectar a exploração florestal por sensoriamento remoto. Esse sistema foi desenvolvido pelo Serviço Florestal em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A concessão de áreas florestais para a iniciativa privada se tornou possível devido à Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284), aprovada em 2006. A norma criou o Serviço Florestal Brasileiro com o objetivo de fazer a gestão dessa atividade.

Publicado: quinta-feira, 01 de outubro de 2009, 16h21.